

ATA DE REUNIÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PROAD 8558/2023

Data e horário: 23 de fev. de 2026 11:00 BRT

Local: Telepresencial



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PARTICIPANTES			
Proad 7482/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Ana Luiza Heineck Kruse	Desembargadora do Trabalho (Presidente da Comissão)	☒	☐
Fabiano Holz Beserra	Desembargador do Trabalho	☒	☐
Luiz Alberto de Vargas	Desembargador do Trabalho	☒	☐
Rejane Souza Pedra	Desembargadora do Trabalho	☒	☐
Ary Faria Marimon Filho	Juiz do Trabalho	☐	☒
Walter Oliveira	Servidor (indicado pelo Sintrajufe)	☒	☐
Luis Henrique Bisso Tatsch	Juiz do Trabalho (convidado)	☒	☐
Rejane Carvalho Donis	Diretor-Geral (convidado)	☒	☐
Eder Giovane Scherer Oliveira	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças (convidado)	☒	☐
André Luis de Assis	Coordenador de Planejamento Orçamentário (convidado)	☒	☐

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Orçamento e Finanças

Secretário: André Magnus Martins, Assessoria Orçamentária, Financeira e Contábil.



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PAUTA: CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO DE 2026

Assunto 1: Cenário Orçamentário de 2026

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi coordenada pela Exma. Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse, conforme registros que seguem. Acerca do **Assunto 1**, Eder informou que a elaboração do orçamento de um exercício inicia em março do ano anterior. Destacou, também, que a partir da aprovação da Lei Orçamentária Anual, que estabelece as despesas e receitas do ano, é possível apresentar o cenário orçamentário do TRT4 para 2026. Eder, então, elencou todas as despesas previstas para o ano, as quais totalizam R\$ 2.353.771.376,00 e explicou que este montante deve ser insuficiente em razão do aumento de salário de servidores previsto para este ano. A partir disso, foi demonstrado que a principal despesa é aquela referente a pessoal (ativos e inativos). Sobre benefícios, explicou que as previsões são realizadas a partir da quantidade de beneficiários existentes em março do ano anterior e que haverá reajuste no auxílio alimentação e no auxílio pré-escolar. Em relação às obras, informou os custos previstos e o percentual que elas representam da dotação total do Tribunal. Para as despesas de custeio e investimento, foi esclarecido que o valor final destinado pelo CSJT é igual àquele de 2024 e de 2025 e que foi 30,52% menor do que foi planejado pelo TRT4 na proposta prévia. Ressaltou, ainda, que muitas despesas são oriundas de contratos que serão reajustados ao longo do ano, tornando o orçamento insuficiente para a execução de todas as demandas planejadas, as quais serão redefinidas junto às áreas que demandam contratações. Mencionou que foram recebidos cerca de R\$ 19 milhões referentes às fontes próprias e que este recursos foram destinados a Peritos (cerca de R\$ 7 milhões) e o restante para



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Custeio (reforma do Foro Trabalhista de Porto Alegre e o novo concurso de servidores, dentre outras despesas). Posteriormente, Eder explicou o impacto no orçamento a partir do novo arcabouço fiscal (LC nº 200/2023) e destacou como funciona o limite de pagamentos, o qual estabeleceu uma cultura de programação de gastos pelas unidades que compõem a Justiça do Trabalho dentro do exercício. Exibiu, também, o impacto negativo do Restos a Pagar, na medida em que reduz a possibilidade de execução do exercício. Dra. Ana Luiza perguntou se o Tribunal tem conseguido reduzir as despesas inscritas em Restos a Pagar e Eder disse que sim, mencionando que há um esforço conjunto das áreas que tratam do orçamento. Eder falou que a questão do limite poderia ser melhorada se houvesse a possibilidade de utilização da sobra de limite financeiro de outros Regionais, mas que isso demandaria autorização e atuação do CSJT no final do exercício. Dr. Vargas questionou se os limites são oriundos da Lei de Responsabilidade Fiscal e Eder respondeu que tem origem na LC nº 200/2023 e os valores dos limites são distribuídos em Ato do Conselho. Então, Dr. Vargas perguntou como são definidos os limites e se há equivalência entre os Tribunais de porte semelhantes. Sobre isso, Eder mencionou que dados históricos são usados como referência e que a maioria dos Tribunais tem dificuldades em cumprir o limite considerando as suas demandas orçamentárias. Eder frisou que as despesas de pessoal, bem como aquelas decorrentes de contratos como plano de saúde, vigilância e limpeza e outras consomem quase 99% do orçamento, deixando uma baixa margem de discricionariedade para outras ações. Acrescentou que se houver a liberação das fontes próprias (oriundos de custas, emolumentos e depósitos judiciais) haverá significativa melhora na situação orçamentária, especialmente se os recursos puderem ser utilizados para despesas que não sejam de investimentos. Eder enfatizou que as fontes próprias não podem ser direcionadas para pagamento de folha de pessoal, exceto se autorizado pelo Conselho. E, para finalizar este tópico, citou que os recursos das fontes próprias são centralizadas e gerenciadas pelo CSJT. Por fim, considerando



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

que a Comissão possui novos integrantes, Eder apresentou a página da Secof no Portal Vox e o funcionamento do Painel Orçamentário que serve para acompanhamento das despesas com a possibilidade de realização de vários filtros. Encerrada a apresentação, Dra. Ana Luiza perguntou como se dá a formação dos valores de assistência médica e odontológica e Eder explicou que o montante é definido pelo Conselho a partir da relação do nº de usuários e do subsídio estabelecido por Ato do CSJT (R\$ 546,00). Walter perguntou se os gastos com a reforma do Foro Trabalhista de Porto Alegre concorrem com os gastos de custeio e Eder disse que sim. Encerrado este ponto, Dra. Ana Luiza sugeriu que a próxima reunião ocorra no dia 13 de abril às 11 horas e todos concordaram com a proposta. Ao final, Dra. Ana Luiza perguntou se alguém tinha mais algum questionamento ou dúvida e, não havendo manifestação, a reunião foi encerrada às 12 horas e 03 minutos.

Nota: Em 24/02/2026 o Juiz Ary Faria Marimon Filho encaminhou e-mail para a Secof informando que não participou da reunião em razão de compromisso médico.

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Secof vai reunir-se com as áreas que tratam do orçamento para revisão das demandas.	Eder Giovane Scherer Oliveira	Ao longo do ano	xxxx

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.